



# A CRISE MUNDIAL DE ENERGIA E SEU IMPACTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sergio Nogueira Furtado de Mendonça

## INTRODUÇÃO

*Os Estados falam e comerciam, promovem Congressos ou lutam nos campos de batalha, invejam-se, odeiam-se ou simpatizam uns com os outros, atraem-se ou se evitam, destruindo-se entre si como entes vivos de uma comunidade.*

*Rudolf Kjellen*

**N**ão existe qualquer tipo de atividade, de produção, de transporte ou de consumo de algum bem ou serviço que não implique, que não exija a menor quantidade que seja, um mínimo sequer de energia, sob qualquer forma.

Desde o início do mundo que o homem vem descobrindo que mais consegue realizar quando usa menos de sua própria energia e mais da energia de outras espécies.

Assim, o homem das cavernas era obrigado a servir-se exclusivamente de seus próprios músculos. Mais tarde passou a utilizar a força muscular dos animais e com o passar do tempo evoluiu para o aproveitamento da energia das águas correntes e do vento. A madeira fornecia a energia térmica.

A essas fontes de energia se reuniam, no século XVIII, o carvão

mineral, no século XIX, o petróleo, o gás natural e a hidroeletricidade e na segunda metade do século XX, a energia nuclear, sem falarmos na utilização das marés, da energia solar etc. que ainda se encontram em estágio experimental.

Durante décadas supercompanhias petrolíferas, de âmbito particular, dominaram o mercado do chamado "ouro negro", ostentando uma capacidade acima das possibilidades de qualquer governo. Suas frotas marítimas operavam petroleiros de tonelagem superior a qualquer Marinha. Possuíam e administravam verdadeiras cidades no deserto, sendo praticamente auto-suficientes e desprezando a lei da oferta e da procura.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP, criada em 1960, veio a estabelecer

oposição específica a essas grandes companhias.

Observamos então que as perspectivas de escassez do petróleo fariam crescer o poder da OPEP ao mesmo tempo que provocavam a diminuição da importação das companhias exploradoras de petróleo.

Tal acontecimento gerou uma série de conflitos provocando grave crise energética, de amplitude mundial, constituindo-se o presente Ensaio numa análise das origens e desenvolvimento dessa crise e as tentativas de cooperação internacional para resolvê-la.

Para abordagem do assunto, dividimos o trabalho na indicação das causas dessa incômoda situação, na análise do panorama mundial, detalhando o aspecto brasileiro, e na apresentação de nossas conclusões.

## 1 — CRISE DE ENERGIA — ANTECEDENTES E CAUSAS

Na Segunda Guerra o petróleo foi um dos fatores de maior influência no desfecho de todas as batalhas — terrestres, aéreas e navais — travadas nos extensos teatros de operação.

Ainda assim o carvão era a principal fonte de energia na Europa, no entanto, já na década de 50, o aceleração industrial fez crescer a fome de energia no mundo inteiro e a indústria carbonífera, sem condições de competir com o petróleo, obtido a baixíssimos custos, começou a definhando dando lugar ao ouro negro, que logo firmou-se como uma das principais forças

propulsoras do progresso, em todas as regiões, tornando os países desenvolvidos cada vez mais dependentes da sua utilização.

O petróleo, muito barato, continuou a ser largamente consumido, posto que sua produção acompanhou o ritmo da demanda, chegando mesmo a haver superprodução em 1959.

A facilidade era tanta que mesmo quando seu preço caía as pessoas achavam-no elevado. Assim as grandes multinacionais petrolíferas viam-se instadas a baixar o preço do petróleo, contudo, por não desejarem ver seus lucros diminuídos, decidiram que era necessário reduzir o preço de referência, pago aos governos produtores, com quem mantinham âsperas e acirradas discussões a respeito.

Desta forma a EXXON decidiu, em 08/08/60, reduzir o preço de referência do Oriente Médio em US\$ 0.10 por barril, sendo este procedimento seguido pelas demais empresas, desafiando assim os donos do precioso produto.

Tal redução de preços gerou a necessidade da união entre os reinos conservadores da Arábia Saudita e os antimonarquistas do Iraque e entre os árabes e dois Estados fora do mundo árabe, o Irã e a Venezuela, nações estas que em 10/09/60, na cidade de Bagdá, fundaram a OPEP, cuja primeira resolução, identificando claramente como seus inimigos as multinacionais petrolíferas, foi: "Os membros não podem mais continuar indiferentes a atitude adotada pelas companhias, de petróleo ao efetuar modificações nos preços, os membros

exigirão que as companhias mantenham seus preços firmes e livres de flutuações desnecessárias; os membros se dedicarão, com todos os meios a seu alcance a restabelecer os preços atuais nos níveis anteriores a sua redução...”

O preâmbulo da resolução evidenciava os pontos básicos comuns às posições dos exportadores de petróleo, dependentes da renda com a negociação desse produto para financiar seu desenvolvimento e equilibrar o orçamento. Além do mais, sendo o petróleo um bem perecível, as flutuações de preços perturbavam não só suas economias, como também as dos consumidores.

Ainda na década de 60, a Líbia, iniciando-se na exploração petrolífera, outorgou concessões a empresas independentes e desvinculadas das poderosas multinacionais.

A Occidental Petroleum, por exemplo, alcançou um êxito extraordinário e imediato nas operações petrolíferas na Líbia, mediante concessão obtida a troco de construir naquele país uma indústria de fertilizantes, utilizar 5% dos benefícios no desenvolvimento agrícola e fazer explorações para procurar água.

Em setembro de 1969, quando a produção Líbia era inclusive superior à da Arábia Saudita, um golpe de estado, comandado pelo Cel Muaner Kaddafi, destronou o Rei Idris. O novo regime, em janeiro de 1970, desencadeou uma campanha contra as companhias petrolíferas, exigindo um incremento sem precedentes na receita fiscal derivada da exploração do petró-

leo, sob o pretexto de que as companhias norte-americanas teriam de pagar pela política a favor de Israel, e, para fortalecer sua posição, ordenou uma série de cortes na produção petrolífera.

Uma avaria no oleoduto Transarábico, que ligava o Golfo Pérsico ao Mediterrâneo e a recusa síria em permitir o reparo, fez com que o frete do petróleo líbio experimentasse uma alta acelerada e sem precedentes, uma vez que o transporte passou a utilizar a longa rota do Cabo da Boa Esperança, já que o Canal de Suez encontrava-se fechado à navegação desde 1967. Em consequência o custo do petróleo da Líbia, como também da Arábia Saudita, do Irã, do Iraque e do Kwait, que não queriam negociar em inferioridade, elevou-se.

O acordo Occidental-Líbia, então inevitável, apresentou o aumento mais radical dos últimos 20 anos e concedeu ao governo de Kaddafi uma forte posição negociadora perante as outras empresas.

Na XXI Conferência da OPEP fixou-se em 55% a taxa do imposto de renda aplicável às empresas petrolíferas em todos os países-membros e resolveu-se adotar várias medidas para reajustar os preços cotados.

As companhias, para enfrentar o poder combinado dos países-membros da OPEP, propuseram a formação de uma frente de negociações conjunta, tendo organizado também o Grupo de Política de Londres, com a principal função de estabelecer os termos para as negociações de Teerã e Trípoli, e o Grupo de Política de New York,

destinado a comentar e revisar as decisões de Londres, bem como fornecer informações e *know how* ao grupo londrino.

Semelhante estratégia, todavia, não alcançou o efeito desejado e a OPEP tomou o controle da situação, e as negociações que se seguiram à retirada dos representantes das empresas, perante as crescentes exigências da OPEP, constituem-se numa constante.

Dos Acordos de Teerã e de Trípoli, ambos em 71, de Genebra I e Genebra II, respectivamente em 72 e 73, devido à desvalorização do dólar, e de Acordo Geral de Participação 1972/73, assinado por cinco países do Golfo Pérsico e adotado por quatro deles, que foi essencialmente uma forma de racionalização das companhias petrolíferas, nada de proveitoso obtiveram os importadores de petróleo, até pelo contrário, pois o preço do precioso líquido elevou-se ainda mais.

Em outubro de 1973, tropas egípcias atravessaram o Canal de Suez e atacaram as forças de Israel, instaladas no Deserto de Sinai desde a "Guerra dos Seis Dias", em junho de 67. Logo em seguida, os países produtores de petróleo decidiram reduzir os níveis de produção e suspender todas as exportações de óleo com os produtos derivados aos EUA e Holanda, em represália ao apoio que esses países vinham prestando a Israel.

Ficara bem claro que a era da negociação dos preços havia chegado ao fim. No ano seguinte o embargo foi suspenso, mas o preço do petróleo praticamente quadri-

plicou afetando profundamente o processo de economia internacional, criando uma era de profundas e inquietantes alterações e discrepâncias para as nações não possuidoras de petróleo.

Configurou-se claramente a crise mundial energética que estende seus reflexos até os dias atuais.

## 2 - PANORAMA MUNDIAL

A crise, embora já se insinuasse há algum tempo, tomou a todos de surpresa, inclusive os próprios países-membros da OPEP.

A década de 70 caracterizou-se por profundas transformações, ocorrendo uma verdadeira revolução na maneira de encarar a política. As questões econômicas, vinculadas à política internacional tornavam-se mais centralizadas pelas áreas decisórias, o que afetou notavelmente o Oriente Médio, que representava fonte básica de matérias-primas, e obteve a oportunidade de funcionar mais independentemente no sistema internacional.

Sem o embargo, certamente o preço do petróleo subiria, mas de forma mais suave, o que permitiria um ajustamento gradual a esse aumento, no entanto, o embargo confundiu-se com a questão da alta do preço, tornando a confrontação com a OPEP mais emocional e amarga.

Todos os importadores de petróleo tiveram que pagar um preço pelo aumento imposto pela OPEP, os países industrializados mais rapidamente, sujeitando-se a aceitar uma recessão, e os em desenvolvi-

mento num prazo maior admitindo o crescimento da dívida externa.

Por outro lado os países-membros da OPEP, que detêm população e território com possibilidades de implementar uma política de desenvolvimento, passaram a aplicar seus recursos nessa meta, já a Arábia Saudita e Kwait, ou por não terem como investir no próprio país, ou por não disporem de recursos extraordinariamente elevados, procuram aplicar também no exterior.

É bem verdade que ainda se tem um notável potencial de petróleo, contudo, parte significativa dessa maior riqueza mundial, concentra-se nas mãos de umas poucas nações, tornando assim grande o número de países dependentes de seu subsolo. Tal dependência, sob o ponto de vista de segurança nacional, constitui-se num fator negativo, pois quanto maior for esse condicionamento, maior será a vulnerabilidade dos não possuidores de petróleo.

Assim, em 1974, por feliz idéia do Dr. Carrol L. Wilson, do Massachusetts Institute of Technology, um grupo de especialistas em petróleo, de quinze países não comunistas, reuniu-se para estudar as perspectivas energéticas para o período de 1985 a 2000, chegando-se as seguintes conclusões: "... é possível que a produção mundial de petróleo se nivele talvez já em 1985 e que outros combustíveis alternativos devam satisfazer à crescente demanda de energia. Grandes investimentos e longos períodos de estudos são necessários para

produzir estes combustíveis em uma escala que seja suficientemente grande para preencher a esperada carência de petróleo, o combustível que agora fornece a maioria da energia do mundo. A tarefa do mundo será a de manejar uma transição de dependência de outros combustíveis fósseis, energia nuclear e, mais tarde, sistema de energia renovável".

Em 1975, realizou-se uma Reunião de Soberanos e Chefes de Estado dos países-membros da OPEP, com o propósito de ratificar o novo poder político-econômico dessa organização e reafirmar sua disposição para diálogo e cooperação internacional, resultando na "Declaração Soberana", que basicamente diz: "Os Soberanos e Chefes de Estado destacam que a causa principal da atual crise econômica mundial originou-se, principalmente nas profundas desigualdades no progresso econômico-social, características de subdesenvolvimento, que foram geradas e agravadas especialmente pela exploração estrangeira, agravando-se com o passar dos anos devido a uma inadequada cooperação internacional para o desenvolvimento. Esta situação ocasionou a drenagem dos recursos naturais dos países em desenvolvimento, impediu a transferência efetiva de recursos de capital e tecnologia e, desta maneira, provocou um desequilíbrio nas relações econômicas".

Em função dessa Reunião os países-membros da OPEP estabeleceram uma estreita cooperação e coordenação para manter o equilíbrio entre a produção e as necessi-

dades de petróleo no mercado mundial.

Assim, o problema, exposto por alguns em termos de confrontação e conflito, converte-se em problema de cooperação. Os interesses dos países-membros da OPEP e os dos países desenvolvidos reduzem-se à necessidade de colaboração entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Dentro desse espírito ocorreu, em abril de 75, a "Conferência de Paris", com a participação de componentes da OPEP, dos países não petrolíferos do Terceiro Mundo, do Japão, EUA e dos integrantes da Comunidade Econômica Européia. Devido às diferenças conceituais entre os pontos de vistas dos países não produtores de petróleo, desenvolvidos e em desenvolvimento, esse encontro foi suspenso, mas mesmo assim marcou o primeiro passo para o diálogo e refletiu a força política-econômica da OPEP e sua vontade de utilizá-la não só em benefício dos seus membros, mas também para proveito do Terceiro Mundo.

Podemos também afirmar que a sobrevivência das potências capitalistas está na dependência do petróleo do Oriente Médio, da região do Caribe e dos transportes marítimos que levam esse produto aos países industrializados não comunistas.

O petróleo do Oriente Médio, por exemplo, é também vital para a URSS que poderá vir a importá-lo, a fim de suportar os objetivos do crescimento econômico do bloco soviético, assim podemos dizer que a tentativa de derrubar o regi-

me baathista do Iraque, a conquista do Afeganistão e o esforço da URSS em assegurar sua permanência nesta área estratégica são alguns acontecimentos que revelam uma ampla manobra geoestratégica com o propósito de assegurar o controle do petróleo do Golfo Pérsico.

Em junho de 80 os membros da OPEP, reunidos em Argel, decidiram lançar novo desafio aos consumidores, elevando o preço de referência para US\$ 32,00.

### 3 – SITUAÇÃO BRASILEIRA

A energia é um dos grandes temas em debate na vida brasileira, principalmente pela pressão que exerce sobre nossa economia, desenvolvimento e segurança nacional.

O Brasil — como de resto o mundo inteiro — foi surpreendido pela crise, mas, apesar de tudo, restamos o fato de, embora termos dependência do petróleo para nosso consumo interno, não chegamos a assentar nossa economia no baixo preço do petróleo com a mesma intensidade de outras nações mais industrializadas.

A sistematização da energia elétrica e a chegada do petróleo do Golfo Pérsico fizeram com que as preocupações com essa energia fossem tidas como obrigação do governo, daí a diplomacia brasileira haver girado, nos últimos anos, em grande parte, em termos de energia (Acordo Nuclear, Acordo de Itaipu, Contrato de Risco etc.).

Subsistindo no Brasil a grande disparidade entre a produção e o

consumo, que nos obriga a uma crescente despesa e inconveniente dependência, torna-se imperativa a adequação de nossa política de combustível às contingências do mercado mundial e às peculiaridades do quadro nacional.

Um de nossos maiores problemas parece ser o alto custo do combustível, decorrente da conjuntura internacional resultante do elevado preço do petróleo, que se constituiu num dos principais itens inflacionários.

Recente estudo, realizado no Country Studies da União de Bancos Suíços, assinala que o balanço de pagamento do Brasil é dependente de fatores externos, como a elevação do preço do petróleo.

O governo vem procurando associar a política de uso e conservação de energia à Política Nacional de Transporte, incrementando a utilização de transportes de maior eficiência energética, no sentido de racionalizar e diminuir o consumo de derivados de petróleo.

A discussão das perspectivas de crescimento econômico, a médio e longo prazo, concentra-se mais recentemente, sobre os recursos não renováveis, especialmente minérios e combustíveis fósseis.

A nossa localização geográfica e a relativa disponibilidade de terras nos proporcionam ainda condições muito boas para tornar viável a substituição de energias não renováveis para as renováveis.

O carvão mineral — alternativa energética fundamental, não só para o Brasil, como para todo o mundo — vem tendo sua exploração coordenada para substituição

do óleo combustível nas indústrias nacionais com êxito muito promissor.

A PETROBRÁS vem aumentando substancialmente os investimentos exploratórios, de modo que, hoje, somos o segundo país do mundo em número de poços em perfuração, tendo já conseguido aumentar a produção. Nos últimos anos passou também a utilizar parte de sua capacidade de refino para processar o petróleo importado, exportando em seguida o excesso dos respectivos derivados, o que de certa forma contribui para melhorar nossas divisas.

O "New Proliferation Treaty", em seu Art. 4º, dá aos seus signatários segurança explícita para o uso pacífico de energia, o que permitiu ao Brasil ingressar na tecnologia nuclear, sustentado pelo *know how* alemão. São excelentes as perspectivas brasileiras quanto ao urânio, estando em fase de implantação a primeira mina de urânio (Poços de Caldas — MG) e em início de operação o 1º reator de potência (Angra I) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Com relação à energia hidroelétrica houve um incremento muito grande, com várias usinas em funcionamento, e com a construção, ainda em andamento, de duas hidroelétricas — as maiores do mundo — Itaipu e Tucuruí.

O Brasil oferece também condições bastante favoráveis para o aproveitamento de energia solar, destacando-se a instalação do 1º Centro Internacional de Energia Solar e dois projetos de coopera-

ção internacional com a Alemanha e a França.

O carro-chefe, no entanto, é a obtenção do combustível partindo do álcool. A gasolina tem sido substituída com sucesso pelo álcool extraído da cana-de-açúcar havendo no momento grandes quantidades em estoque. A utilização da madeira para obtenção de álcool (etanol ou metanol), substituto eventual do óleo diesel, mantém-se ainda reticente. O PRÓ-ÁLCOOL teve seu ritmo ajustado às novas realidades, mas não terá seu rumo desviado.

O conflito Irã-Iraque teve reflexos diretos quanto ao fornecimento de petróleo ao Brasil, que em consequência adotou a política de ampliar e diversificar o número de seus fornecedores fazendo aquisições em dezenove diferentes países. Firmaram-se também negócios para importação de derivados (GLP e Óleo Diesel).

Decorrente de desdobramentos que poderão advir da crise, o Brasil admitiu a possibilidade da adoção de uma Economia de Guerra, sujeita a um conjunto de medidas reguladoras e controladoras, principalmente, sob a forma de limitações e reduções de consumo, de preços e aumento da produção.

#### 4 – CONCLUSÕES

##### *a – Genéricas*

A crise energética salientou a importância da dimensão econômica nos problemas mundiais, que hoje não nos é mais permitido nas

relações internacionais, dissociar a esfera política da econômica.

A política da alta de preço do petróleo e a dependência do subsolo estrangeiro estão conscientizando a todos os países de que o petróleo é um recurso nobre e rapidamente esgotável, bem como a procurar soluções alternativas para a obtenção de energia, repensando e ordenando prioridades.

As reduções de referência do petróleo (Fev. 55 – Ago 60) impostas pelas grandes multinacionais, sem consulta alguma aos países produtores, motivaram a criação da OPEP.

A escassez de matéria-prima, especialmente energia, tem provocado mudanças na distribuição do poder político, em benefício dos países que detêm o seu controle, assim os mais dependentes de energia estão particularmente vulneráveis e inseguros, e neles a questão da ameaça à segurança nacional se torna cada vez mais econômica do que militar.

É necessário combater o gasto sem proveito, o esbanjamento, e emprego incorreto, a forma inadequada de aquisição ou de uso, excesso de restos, a ausência de nacionalidade, a burocracia emperrada é desnecessária, o exagero no emprego e aplicação do tempo, pessoal e meios de toda a natureza.

Hoje, a maioria dos países desenvolvidos — especialmente EUA, Alemanha Ocidental, França e Japão — já superou a fase recessiva e retomou o processo de desenvolvimento, embora a taxas inferiores às que antecederam a crise, o que permite maior importação e, por-

tanto, a absorção das exportações dos países em desenvolvimento, contribuiu para que eles também superem a crise.

Se a URSS controlar as áreas estratégicas do Golfo Pérsico e Caribe, e interceptar as rotas marítimas petrolíferas, os EUA, Japão, Europa Ocidental e outros países industrializados não comunistas poderão ficar asfixiados economicamente.

Energia solar apresenta vários aspectos positivos, mas sua utilização em larga escala depende de uma aprimorada tecnologia, que necessitará grandes investimentos e considerável tempo.

*b - Especificamente para o Brasil:*

A política energética em vigor deverá ser revista, a fim de se obter não apenas a redução do consumo de combustível derivado de petróleo, mas também, a diminuição de seus preços.

Mesmo sem dispormos de quantidades significativas de petróleo, fomos capazes de construir uma infra-estrutura econômica e bastante diversificada, o que criou um processo de diferenciação bem sensível em relação aos padrões dos países em desenvolvimento.

Infelizmente, ainda dependemos de forma substancial do subsolo estrangeiro, o que onera o nosso balanço de pagamento, além de constituir-se em problemas que envolvem a própria segurança nacional.

Temos perspectivas de superar, ou pelo menos atenuar significa-

tivamente nossa crise energética, o que implicará numa substancial melhoria do nosso balanço de pagamentos, pois o petróleo é o principal item da pauta de importação brasileira.

Garantimos uma posição tranqüila em relação ao suprimento interno até que se chegue ao fim do conflito Irã-Iraque, ou pelo menos até que sua evolução permita identificar a necessidade de novos contratos de suprimento, ao adotarmos a política de ampliar e diversificar nossas aquisições.

O relacionamento direto PETROBRÁS e empresa estatais dos países produtores foi motivo para que o Brasil jamais necessitasse recorrer ao mercado *spot*, nem sofresse interrupções de abastecimento.

Finalmente, fica a pergunta:

Como crescer sem aumentar a dependência energética?

#### BIBLIOGRAFIA

1. ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*. 8 ed. São Paulo, Editora Atica S.A. 1977.
2. AZAR, Edward E. O papel dos soviéticos e chineses no Oriente Médio. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 45-49, jan./fev. 1980.
3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215-A. *Guia para Elaboração de Teses e Monografias*. Rio de Janeiro, 1981.
4. ———. FI-219. *Guia para elaboração de referências bibliográficas*. Rio de Janeiro, 1981.
5. CAMPOS, Carlos Walter Marinho. Reflexões sobre pesquisa petrolífera no Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio

- de Janeiro, 687 (1/2): 155-9, jan./fev. 1980.
6. CAMPOS, Roberto de Oliveira. Energia, Recursos e Problemas. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 135-41, nov./dez. 1980.
  7. CASTRO, Therezinha de. Geopolítica do Poder Mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 115-26, mai./jun. 1980.
  8. CORREA, Paulo Henrique da Rocha. O Brasil e os caminhos para o Oceano Pacífico. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 127-33, mai./jun. 1980.
  9. COSTA, Rubens Vaz. A transição energética: tempo, capital e tecnologia. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 694 (3/4): 181-7, mar./abr. 1981.
  10. ————. Modelos de Organização Econômica. Rio de Janeiro, s. ed. 1981. Conferência para oficiais-alunos do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, em 30 set. 1981.
  11. DÉFICIT brasileiro preocupa suíços. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1981, p. 21.
  12. DELFIM NETO, Antonio. Manter o desenvolvimento e reduzir a dependência externa. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 21-33, nov./dez. 1980.
  13. EMPRESÁRIO recomenda ao Governo que reative logo o setor automobilístico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1981, p. 21.
  14. FAISSOL, Speridião. O quadro físico brasileiro. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 85-99, mai./jun. 1980.
  15. FENDT JR, Roberto. *Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos*. Rio de Janeiro, s. ed. 1981. Conferência para oficiais-alunos do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, em 01 out. 1981.
  16. FONSECA, Elmar. A CAEEB está cumprindo sua tarefa. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 185-7, mai./jun. 1980.
  17. GOVERNO justifica ritmo menor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1981, p. 15.
  18. HAMMOND, Allen L. et alii. *O Futuro Energético do Mundo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
  19. MARANHÃO, Aluizo & JORDÃO, Fernando Pacheco. A unificação de preços na pauta da OPEP. *Isto É*. São Paulo, 5 (243): 72-3, 19 ago. 1981.
  20. NEVES, Tamoyo das. Aproveitamento da Energia Solar no Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 691 (9/10): 178-87, set./out. 1980.
  21. PEIXOTO, João Baptista. Petróleo & Álcool. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 694 (3/4): 113-8, mar./abr. 1981.
  22. PENNA, João Camilo. Política Industrial e Opções Energéticas. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 61-71, jan.
  23. RAMOS, José Raimundo de Andrade. *Panorama do Setor Mineral Brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed. 1981. Conferência para os oficiais-alunos do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, em 01 out. 1981.
  24. REIS, Gustavo de Moraes Rego. O papel das elites no contexto da segurança e desenvolvimento — ação comunitária. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 31-43, jan./fev. 1980.
  25. RIBEIRO, Econ Deniz Ferreira. O desenvolvimento com a agricultura. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 5-12, mai./jun. 1980.
  26. RIDGEWAY, James. *The last play*. New York, E. P. Dutton & Co. Inc., 1973.

27. SARDENBERG, Ronaldo Mota. A política externa do Brasil num mundo em mudança. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 19-29, jan./fev. 1980.
28. SOUZA, Eliano Moreira. A ENGEFFER e o sistema ferroviário brasileiro. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 694 (3/4): 5-26, mar./abr. 1981.
29. TOSTA, Octavio. Teorias Geopolíticas e Poder Mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 71-104, nov./dez. 1980.
30. UZCANGA, Pedro José Martinez. *A crise energética mundial e sua influência nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, EGN, 1977. Monografia apresentada no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.
31. VISCONTI NETO, Eliseu D'Angelo. Mineração-Instrumento de equilíbrio sócio-econômico. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 181-2, nov./dez. 1980.



O Capitão-de-Corveta Sergio Nogueira de Mendonça pertence ao Corpo de Intendentes da Marinha e possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Intendência, de Técnica de Ensino para Oficiais (Expedito), Básico e de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval. Prestou serviços nos Comandos dos 1º e 5º Distritos Navais, Comando Naval de Natal, Grupamento Naval do Nordeste, Base Almirante Ary Parreiras, Centro de Armamento da Marinha e Navio-Transporte "Ary Parreiras". Atualmente serve na Diretoria de Administração da Marinha onde exerce as funções de Encarregado das Divisões do Plano Básico de Administração e de Programação Financeira.